



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Boa Vista 175 - 1º andar - Tel. 3293-8557 - CEP 01014-001 - São Paulo - SP

PORTARIA DAEE Nº 2338, DE 07 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto nº 63.262 de 09/03/18 e da Portaria DAEE nº 1.630 de 30/05/17 e, tendo em vista as declarações e informações constantes do(s) requerimento(s), contido(s) no Processo DAEE nº 9821922.

DETERMINA

Artigo 1º - Fica outorgada, em nome de Ministério Da Agricultura, Pecuária E Abastecimento, CPF/CNPJ nº 00.396.895/0047-08, a autorização administrativa para o(s) uso(s) em recursos hídricos subterrâneos, para fins industrial, no município de Campinas, conforme abaixo identificado:

Nº	Uso	Recurso Hídrico	Coordenadas Geográficas		Vazão Máxima Instantânea (m³/h)	Uso Diário Máximo		D/M	Prazo (meses)
			Latitude Sul	Longitude Oeste		Volume (m³)	H/D		
20180001 9784Y7	Captação Subterrânea	Aquífero Cristalino fraturado	22°54'47.490"	47°1'26.100"	8,00	160,00	20	22	60

Artigo 2º - A presente outorga poderá ser revogada, ou ter suas condições alteradas, a critério do DAEE, nos casos previstos nos artigos 24, 28 e 30 da Portaria DAEE nº 1.630/17, ou a pedido da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e do Centro de Vigilância Sanitária - CVS, nos campos de suas atribuições.

Artigo 3º - Esta outorga não isenta o usuário do cumprimento das legislações federal, estadual e municipal, afetas à matéria.

Artigo 4º - No caso de desistência do(s) uso(s) o usuário fica autorizado a proceder à(s) desativação(ões) nos termos da Portaria DAEE nº 1.630/17, e comunicá-la ao DAEE, atendendo aos procedimentos do item 10, da IT-DPO nº 10.

Artigo 5º - O(s) uso(s) e interferência(s) objeto(s) desta Portaria será(ão) cadastrado(s) em banco(s) de dados específico(s) do DAEE.

Artigo 6º - O(s) uso(s) e interferência(s) constante(s) deste ato está(ão) sujeito(s) à fiscalização deste órgão, segundo a Portaria DAEE nº 01, de 02/01/98 e suas atualizações, ou a que a suceder, conforme prevêm a Lei nº 7.663, de 30/12/91, o Decreto Federal nº 24.643, de 10/07/34 - "Código de Águas".

Artigo 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.


FRANCISÓ EDUARDO LODUCCA
Superintendente

WILSON MARCONI
Assessor Técnico
Data: 10/05/2018

Publicado no DOE de 14/05/2018



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS
DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA
Rua Boa Vista, 175 - 1º andar - Tel: 3293-8557 - CEP 01014-000 - São Paulo - SP
www.daee.sp.gov.br

LICENÇA DE EXECUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO LE Nº 985524

O SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto nº 52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei nº 6.134 de 02/06/88, do Decreto nº 32.955 de 07/02/91, da Lei nº 7.663 de 30/12/91, do Decreto 41.258 de 01/11/96 e da Portaria D.A.E.E. nº 717 de 12/12/96, em solução ao requerimento constante do Autos nº 9821922 - DAEE

DE FERE

Artigo 1º - ao MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, CNPJ 00.396.895/0047-08, localizado na Rua Raul Fernandes Ferrari, s/nº - Fazenda Mato Dentro - Jardim Santa Marcelins, município de Campinas, licença de execução, para perfuração de poço tubular profundo, finalidade de uso em atendimento sanitário, no mesmo endereço, conforme abaixo relacionado:

Poço Tubular Profundo	Recurso Hídrico Aquífero	COORD. UTM KM		
		Km Norte	Km Leste	MC
Poço Local-001	Cristalino	7464,67	292,45	45

Artigo 2º - Ao usuário caberá, concluída a obra, requerer ao DAEE em até 30 dias, a Outorga de Direito de Uso do Recurso Hídrico, subterrâneo, de acordo com o que estabelece a Portaria DAEE 717/96.

Artigo 3º - Por ocasião da solicitação do Direito de Uso, o usuário deverá apresentar, análise físico-química e bacteriológica da água conforme os anexos I, VII e X, mais o parâmetro pH da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.914, de 14/12/2011

Artigo 4º - Ao responsável técnico caberá, concluída a obra, apresentar ao DAEE em até 30 dias diretamente, ou através do usuário, relatório pormenorizado contendo os elementos necessários à análise da Outorga de Direito de Uso.

Artigo 5º - A presente licença poderá ser revogada pelo DAEE, na hipótese de descumprimento de qualquer norma legal ou regulamento atinente à espécie.

Artigo 6º - Esta licença, não desobriga o outorgado, à requerer a aprovação municipal, referente à legislação de uso e ocupação do solo, e/ou o atendimento à legislação federal e estadual, referente à proteção ambiental - (Lei Federal nº 12.651/12 - Código Florestal) e à poluição das águas (Lei Estadual nº 997/76 e seu regulamento), para viabilizar esta obra.

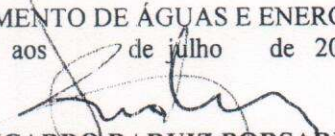
Artigo 7º - Quando da solicitação da Outorga do Direito de Uso do Recurso Hídrico subterrâneo, referente ao poço ora outorgado, o usuário deverá comprovar ao DAEE, por meio de relatório fotográfico, o seguinte:

§ 1º - construção da laje de proteção do poço em concreto armado, que deverá ser fundida no local, envolver o tubo de revestimento e ter declividade do centro para as bordas, espessura mínima de 0,10 m e área não inferior a 1 m², com a coluna de revestimento saliente no mínimo 0,50 m sobre a laje, centrada na mesma;

§ 2º - que as captações de águas subterrâneas estão dotadas de equipamentos de medição e registro das vazões derivadas e de nível d'água.


Artigo 8º - Esta licença não confere ao seu titular o direito de uso da água, apenas autoriza a execução da obra, e tem validade de 3 anos após sua publicação.

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA,
aos de julho de 2016.


RICARDO DARUIZ BORSARI
Superintendente

Publicado no DOE de 15 / 07 / 16

**CONFERE COM
O ORIGINAL**

 Marcos Benedito Marcondes
Diretor II
Resp. p/ Expediente da BMA
Prot. 7971



SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Rua Boa Vista, 175 - 1º andar - Tel. 3293-8557 - CEP 01014-000 - São Paulo-SP

www.daee.sp.gov.br

Despacho do Superintendente do DAEE de 14/JULHO/2016

“IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO”

À vista do Decreto 41.258 de 01/11/96, da Portaria DAEE nº 717 de 12/12/96 e do Parecer Técnico da Diretoria da Bacia do Médio Tietê insertos nos Autos DAEE nº 9821922, ficam aprovados os estudos apresentados com demanda do recurso hídrico subterrâneo, de acordo com o abaixo descrito, com a finalidade de atendimento sanitário para viabilizar o empreendimento SISTEMA DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA localizado na Rua Raul Fernandes Ferrari, s/nº - Fazenda Mato Dentro - Jardim Santa Marcelins, município de Campinas, requerida por MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, CNPJ 00.396.895/0047-08, observadas as disposições legais e regulamentares que disciplinam a matéria.

USO	RECURSO HÍDRICO AQUÍFERO	COORDENADAS UTM			Vazão M³/h	Período Horas/dia
		Km Norte	Km Leste	MC		
Poço	Cristalino	7464,67	292,45	45	20,00	8


I – Esta autorização não confere a seu titular o direito de uso e/ou interferência nos recursos hídricos, tendo validade de até 3 anos da data de sua publicação.

II – Esta autorização, não desobriga o outorgado, a requerer a aprovação municipal, referente à legislação de uso e ocupação do solo, e o atendimento a legislação estadual e federal, referente ao controle de poluição das águas, a proteção ambiental e a vigilância sanitária, para viabilizar este empreendimento.


RICARDO DARUIZ BORSARI
Superintendente

Publicado no DOE de 15 / 07 / 16
marta

**CONFERE COM
O ORIGINAL**

 Marcos Benedito Marcom
Diretor II
Resp. pl Expediente 00 BMA
Profr. 7971